

## **As Redes de Equipamentos Educativos e o Ordenamento de Território em Cabo Verde O Caso da Ilha de Santiago\***

**Carina GARCIA**

Mestranda em Gestão de Território, Área de Especialização Ambiente e Recursos Naturais  
Faculdade Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa  
Email: [csgarcia1@gmail.com](mailto:csgarcia1@gmail.com)

**Sanny FONSECA**

Mestrando em Gestão de Território, Área de Especialização Território e Desenvolvimento  
Faculdade Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa  
Email: [sannyfonseca1@gmail.com](mailto:sannyfonseca1@gmail.com)

### **Resumo**

*Cabo Verde é um País insular, composto por 10 ilhas, nove das quais habitadas, com uma elevada densidade populacional, com enormes disparidades na ocupação entre e intra-ilhas, e com elevadas fragilidades naturais, sociais e económicas. A sua população, quase a atingir 500 mil habitantes, é maioritariamente jovem, o que aumenta a pressão sobre os equipamentos educativos, tornando-se um enorme problema a satisfação sustentável e qualificada das consequentes demandas. A grande parte da população concentra-se em Santiago, a maior ilha do arquipélago, que alberga a capital do País, cidade da Praia. Até agora, a política educativa e as redes de equipamentos correspondentes têm sido definidos pelo governo numa lógica sectorial. Porém defende-se que é fundamental a sua articulação com a política de ordenamento do território (estrutura de povoamento, sistema urbano e acessibilidades) para proporcionar uma maior organização das redes que assegurem as condições de acesso adequado para todos. Neste contexto, o objectivo do artigo centra-se na análise das redes de equipamentos educativos de Cabo Verde, bem como nos seus critérios de programação e de localização, e ainda do seu ajustamento às características demográficas e socioeconómicas existentes, atendendo às principais disfunções em relação oferta/procura. A ilha de Santiago é o caso de estudo.*

**Palavras - chave:** Equipamentos Educativos, Programação de Equipamentos, Ordenamento de Território, Cabo Verde.

---

\*Artigo elaborado no âmbito do Seminário em Ordenamento de Território (Mestrado em Gestão do Território da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Agradecemos a Professora Doutora Margarida Pereira pelos ensinamentos e contínuo acompanhamento que foram imprescindíveis na realização deste artigo.

## Abstract

*Cape Verde is an island country, composed by 10 islands, nine of which inhabited, with a high population density, with huge disparities between and intra-island occupation and weaknesses marked by high natural, social and economic problems. Its population, reaching almost 500 thousand inhabitants, is mostly young, which increases the pressure on educational facilities, becoming a huge problem in meeting the sustainable and qualified consequent demands. The majority of the population is concentrated on the island of Santiago, the largest island of the archipelago, which houses the capital of the country, city of Praia. Now days, the education policy and the corresponding network equipment has been set by the Government in a sectorial logical. Although argues that it's fundamental to adjust its conjunction with the land planning policy (structure of population, the urban system and accessibility) to provide a better organization to ensure the access in appropriate conditions for all. In this context, the objective of article focuses on the analysis of networks of educational facilities of Cape Verde, on its scheduling design and location criteria, socioeconomic and demographic characteristics, facing the major malfunction on supply /demand. The island of Santiago is the study case.*

**Key-words:** Educational equipment, scheduling equipment, spatial planning, Cape Verde.

### 1. Considerações preliminares

A sociedade contemporânea, mais do que nenhuma outra, reconhece o valor do ensino e da educação pelo contributo imprescindível que empresta aos restantes subsistemas. Por isso, a educação deixou de ser o privilégio para alguns e passou a ser um direito universal, visto por muitos até como uma obrigação, e que se fundamenta na qualificação intensiva, prática, adaptada e contextualizada do capital humano no intuito de servir o(s) mercado(s), tornando-se assim num dos pilares primordiais da economia de qualquer país, (com especial enfoque para os que estão em desenvolvimento), como Cabo Verde.

Tradicionalmente, as políticas de organização e planeamento territorial são de responsabilidade da Administração. Entretanto, com a globalização das economias e afirmação das ideias neo-liberais, o mercado passou a liderar grande parte das

dinâmicas, remetendo para um nível secundário a intervenção pública. A competitividade entre territórios acentua os desequilíbrios, pois os problemas globais passaram também a ser nacionais, os nacionais a repercutirem-se nos regionais e estes ao nível local.

A qualificação dos recursos humanos de um país pequeno, insular e pobre como Cabo Verde revela-se determinante para o seu posicionamento na conjuntura internacional. Contudo, os obstáculos para o alcance de tal objectivo são complexos e, por isso de muito difícil concretização. Aqui o enfoque é colocado na relação entre a constituição da rede de equipamentos de educação em todos os suportes de política da educação, e a política de ordenamento do território. A expressão “redes de equipamentos educativos” é entendida como a distribuição espacial dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino. As características geográficas do território, a distribuição da população e a sua estrutura etária determinam a organização da rede educativa do arquipélago. Mas as orientações do nível de política de ordenamento do território deveriam ser igualmente consideradas, como garantia de uma repartição mais ajustada às realidades geográficas e socioeconómicas de cada ilha. O sistema educativo carece, vitalmente, de uma boa e contextualizada base de dados no qual instituições como o Instituto Nacional de Estatística desempenha um papel marcante no fornecimento contínuo de informação que representa uma matéria-prima indispensável para elaboração de trabalhos como este. Esta situação afecta este artigo, na medida em que o material estatístico utilizado é do ano de 2004 (devido à impossibilidade de aceder a mais recentes). No entanto, estes não se encontram propriamente obsoletos, pois os investimentos em equipamentos educativos num país de fracos recursos, como é o caso, não permitem mudanças significativas num curto período de tempo.

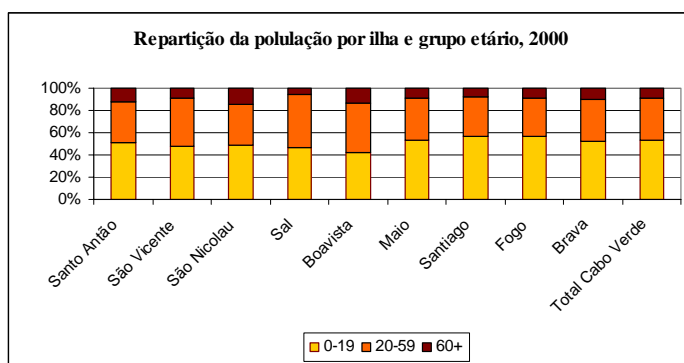
## **2. O enquadramento demográfico em Cabo Verde**

O arquipélago possui uma superfície de 4.033 km<sup>2</sup>, distribuída por 10 ilhas e 13 ilhéus, sendo considerado um dos estados mais pequenos do mundo. O tamanho das ilhas varia de 991 km<sup>2</sup> em Santiago e 35 km<sup>2</sup> em Santa Luzia (ilha desabitada por não apresentar condições propícias de habitabilidade).

Cabo Verde teve uma evolução contínua da população até os nossos dias, com uma acentuada taxa de variação, apresentando actualmente perto de 500 mil habitantes<sup>1</sup>. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, as projecções até 2020 apontam para um considerável aumento populacional.

O País caracteriza-se, do ponto de vista demográfico, por uma grande percentagem de população jovem (62% com menos de 25 anos em 2000) e por uma distribuição espacial cada vez mais desequilibrada (mais de metade da população reside actualmente na ilha de Santiago, a maioria na capital - Praia), e uma concentração da população a favor da faixa litoral e nas principais cidades; alargamento e intensificação do despovoamento do “mundo rural”. A juventude acentuada da população cabo-verdiana deve-se essencialmente à elevada fecundidade.

A repartição da população por ilha e por grupo etário (no ano 2000) caracteriza-se por grandes diferenças estruturais (figura nº 1). Assim, a proporção da população com mais de 60 anos varia entre 5,4% na ilha do Sal e 14,5% em São Nicolau; enquanto a de 20-59 anos alterna entre 34,4% no Fogo e 47,7% no Sal; e a de menos de 20 anos, de 42,4% na Boavista para 56,4% no Fogo. Essas diferenças explicam-se sobretudo pelas migrações que afectam principalmente as pessoas em idade activa.



**Figura 1.** A repartição da população por ilha e grupo etário, 2000

Neste sentido, o principal desafio consiste na criação de mais e melhores condições internas que permitam o real aproveitar do capital humano. O crescimento demográfico, a reorganização da estrutura do povoamento e os novos padrões urbanísticos justificam uma maior ligação entre o ordenamento do território e a definição das redes de equipamentos.

<sup>1</sup> Consultar, em anexo, a distribuição da população por concelhos.

### **3. O sistema educativo de Cabo Verde**

#### **3.1. A caracterização do sistema educativo**

“O sistema educativo escolar de Cabo Verde remonta aos finais do século XIX/início do século XX. A sua circunscrição a uma pequena elite manteve-se até à guerra colonial. Só depois da independência lhe foi dada uma atenção especial. Um vasto conjunto de reformas permitiu numa primeira fase, a universalização do ensino básico, e numa segunda a expansão do ensino secundário, a criação do ensino superior, agora já entendido às várias áreas de saber” (CARDOSO, 2007: 241).

Durante o período colonial<sup>2</sup> o sistema educativo de Cabo Verde estava sobre a orientação e domínio dos portugueses. Daí, os conteúdos das disciplinas, os métodos pedagógico-didáticos tinham como finalidade primordial ensinar o português como meio de aculturação. À data da independência a taxa de analfabetismo era elevada, o que tornou urgente o seu combate como forma de lutar contra o subdesenvolvimento.

A primeira reforma do sistema de ensino ocorreu entre 1977 e 1983, com a criação do ensino básico, em substituição do ensino primário, estruturado em dois níveis: básico elementar (de quatro anos) e básico complementar (de dois anos). Entre 1982 e 1985 aplicou-se o Plano de Desenvolvimento da Educação que tinha como objectivo a eliminação do analfabetismo.

Na década de 90, durante o período da II República de Cabo Verde, reforçou-se a importância do sector da educação com a finalidade de obtenção de qualificações profissionais que permitissem elevar os níveis de rendimento e o exercício da cidadania. A publicação da Lei de Base do Sistema Educativo, a 29 de Janeiro de 1990, definiu as linhas e os objectivos da política educativa do País. Integrado nesta, surgiram dois grandes projectos que reformaram todo o sistema educativo: o PREBA (Projecto de Renovação e Extensão do Ensino Básico) e o PRESE (Projecto de Estruturação e Extensão do Sistema Educativo). Estes dois projectos, juntamente com a Lei de Base do Sistema Educativo (Lei nº 103/III/90) definiram a actual estrutura do sistema educacional<sup>3</sup> de Cabo Verde (quadro nº1).

---

<sup>2</sup> O primeiro estabelecimento de ensino oficial de Portugal em África foi criado precisamente em Cabo Verde, com a fundação do Seminário-liceu na Ribeira Brava da ilha de São Nicolau em 1866.

<sup>3</sup> Acrescenta-se ainda as escolas do ensino profissional (médio) e superior que serão referenciadas no ponto das redes de equipamentos educativos de Cabo Verde.



### Quadro nº 1. O sistema educativo de Cabo Verde

ENSINO SUPERIOR		
3º Ciclo: (11º e 12º Ano)	Via Geral	ENSINO SECUNDÁRIO
	Via Técnica	
2º Ciclo: (9º e 10º Ano)	Via Geral	
	Via Técnica	
1º Ciclo: (8º e 7ºAno)	Tronco Comum	
6º Ano	3ª Fase	ENSINO BÁSICO
5º Ano		
4º Ano	2ª Fase	
3º Ano		
2º Ano	1ª Fase	
1º Ano		
ENSINO PRÉ – ESCOLAR		

As tipologias dos estabelecimentos de ensino de Cabo Verde são diversas, atendendo, nomeadamente, ao tipo de ensino aí ministrado e à dimensão dos estabelecimentos. Assim, de modo geral, relativamente à educação pré-escolar na ilha de Santiago, consideram-se as seguintes tipologias de estabelecimentos: jardins-de-infância apartados e escola do ensino básico com jardins-de-infância incluídos.

Quanto ao ensino básico, as tipologias de estabelecimento estruturam-se em: 1º e 2º fase na mesma infra-estrutura e 1º, 2º, 3º fase aglomerados. Esta última representa os pólos educativos - “as infra-estruturas de educação que garantem o ensino obrigatório, constituído por um conjunto de salas de aula que deviam dar atendimento da 1ª à 6ª classe” (CARDOSO, 2007:255). Os pólos educativos subdividem-se em duas modalidades: uma para as áreas urbanas, em que cada pólo representa uma escola. E a outra, nas áreas rurais, onde encontram-se as escolas nucleares (5º e 6º anos) e várias salas de aulas (de 1º ao 4º ano) espalhas pelas povoações, de forma a tornar mais acessíveis os primeiros quatro anos. Nas áreas rurais, o pólo educativo integra a escola nuclear e as escolas dispersas, onde são leccionados os primeiros quatro anos. Entretanto, a articulação vertical dos níveis de ensino básico tem sido frequentemente realizada entre estabelecimentos disseminados no território, concretizando-se deste modo a associação da 1ª, 2ª e 3ª fase e jardins-de-infância.

Geralmente, os estabelecimentos do ensino secundário<sup>4</sup> figuram no mesmo equipamento, os três ciclos que o compõem. O ensino da via técnica é leccionado em equipamentos independentes da via geral albergando os dois ciclos.

<sup>4</sup> Os alunos que ingressam para a via técnica frequentam do tronco comum (7º e 8 ano) nos estabelecimentos de ensino secundário (via geral).

A responsabilidade da construção dos equipamentos educativos é maioritariamente do governo, e parcialmente assegurado pelas câmaras municipais, graças aos indispensáveis apoios da comunidade internacional. Porém, o governo, não assegura o transporte escolar para os alunos. Assim, estes são obrigados a deslocar-se em transportes particulares, o que agrava os custos de educação e provoca o abandono sobretudo para as famílias mais pobres. Ora, nas áreas sem um mínimo de crianças que justifica a criação de infra-estruturas educativas, o transporte escolar revela-se fundamental para assegurar as condições de acesso.

### **3.2. As redes de equipamentos educativos**

As ilhas de Cabo Verde apresentam dimensões e densidade populacional muito desigual, como já foi referido, o que reflecte directamente na procura dos equipamentos colectivos, com especial enfoque para os educativos. Deve-se realçar que, a cobertura de redes de equipamentos educativos é muito diferenciada nas ilhas de Cabo Verde.

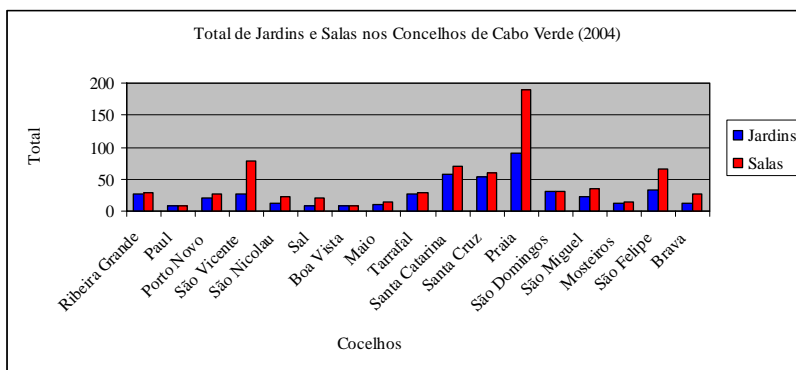
#### **3.2.1. As redes de equipamentos de pré-escolar**

As redes de equipamentos de pré-escolar tiveram uma evolução bastante positiva, com um aumento de 89% na década de 90. Segundo o Ministério de Educação, no ano 1990 Cabo Verde tinha cerca de 203 jardins-de-infância, correspondente a uma taxa de cobertura de 40%. Já em 1999 havia cerca de 384, que representava uma taxa de cobertura de 52,5%. Apesar de evolução positiva registada pela taxa de cobertura de Jardins-de-infância, é preciso referir que a maioria era privada, o que penaliza as crianças de estratos sociais mais desfavorecidas.

Em 2000/01 a rede de Jardins-de-infância estava disseminada por todo o País enquadrando cerca de 19.800 crianças. Em 2004, os Jardins-de-infância concentravam-se, na sua maioria, em áreas urbanas: Praia, Mindelo, Santa Cruz, Santa Catarina, etc., e o menor número de jardins-de-infância persistiam nos concelhos<sup>5</sup> mais rurais de Mosteiro, Paul, Boavista, Maio, etc. (figura nº 2).

---

<sup>5</sup> Na divisão administrativa de Cabo Verde, algumas ilhas representam um único concelho (por exemplo as ilhas de Boavista e Maio).



**Figura 2.** Total de Jardins e escolas dos concelhos de Cabo Verde

Fonte: INE de Cabo Verde

A desigual distribuição dos equipamentos educativos pré-escolares tem dificultado o acesso das crianças das famílias mais pobres e das famílias residentes em áreas rurais. A educação pré-escolar que figura no sistema de ensino cabo-verdiano é de certa forma subalternizada: de facto a Lei de Base conferiu à educação pré-escolares um âmbito de população de infância, um carácter facultativo, que podia ser prestado pelas autarquias, por instituições não governamentais. Por isso, defende-se ser de extrema importância a sua introdução no sistema educativo.

### 3.2.2. As redes de equipamentos do ensino básico

Em 1994, o ensino básico obrigatório, que era de quatro anos, passou para seis (de 1ª a 6ª classe), o que aumentou a pressão sobre a já saturada rede de equipamentos. A criação do Instituto Pedagógico foi indispensável para o sistema, visto que o ensino básico passou a estruturar-se em pólos educativos. Segundo os dados do Ministério da Educação de Cabo Verde, os equipamentos de ensino básico aumentaram de 370 escolas correspondentes a 1.155 salas de aulas, em 1990/91 para 430 escolas correspondentes a 1.803 salas de aulas em 2001/02. Este aumento foi também acompanhado do acréscimo do número de alunos, passando de 68.823 para 89.809, o que representou um incremento de 30% no total de educandos.

Relativamente à distribuição nas várias ilhas, São Vicente tem menos 14% das salas que São Antão e detém menos 8% das turmas. Contudo, regista mais 19% dos alunos, ou seja, tem mais 1/5 de alunos do que a vizinha ilha de São Antão, oferecendo menos espaços apropriados para os albergar (menos 14% das salas). Na ilha do Fogo, São Filipe, o principal centro urbano, concentra a maior pressão sobre a oferta. Esta

instância é mais visível no ensino básico, onde o serviço é distribuído por 21 pólos educativos. No entanto 76%, ou seja, mais de  $\frac{3}{4}$  dos pólos encontram-se em São Filipe. Consequentemente, este centro urbano detém 82% das salas, que albergam 76% das turmas, onde 5% são compostas. O que demonstra que a centralização é realmente um problema para o arquipélago. No entanto, a cidade de São Filipe detém  $\frac{3}{4}$  dos alunos da ilha, sublinhando assim a enorme pressão que os centros urbanos sofrem não só nas principais ilhas como em todas as restantes. A ilha de Boavista não deixa de ser um exemplo das disparidades de ocupação e dos recursos que consequentemente carece. Sendo a terceira maior ilha do arquipélago com cerca de 620 km<sup>2</sup>, é a menos populosa, e com um modelo ocupação muito disperso, o que implica maiores deslocações que por si só acarretam diversos encargos. Ao nível do ensino básico as precariedades que mais sobressaem são a constituição das turmas, 41% das quais são compostas em consequência directa da repartição populacional na ilha, o que impede, a formação de turmas simples nalguns aglomerados. A ilha de São Nicolau (quinta ilha em termos de dimensão, com 342 km<sup>2</sup> de área), também merece algum destaque pela escassez da oferta de equipamentos: em 2004, 44% das turmas do ensino básico funcionavam de forma composta.

Não se abordou a ilha de Santiago neste ponto, por ser o caso de estudo, justificado pelo facto de ser a ilha onde a pressão sobre os equipamentos educativos é singular no panorama nacional. É a ilha mais populosa, albergando mais de metade da população do País (concentrando na sua maioria na capital - Praia), fazendo com que seja mais desafiante a programação dos equipamentos (analisado no ponto 3.4).

### **3.2.3. As redes de equipamentos do ensino secundário e médio**

À data da independência, o ensino secundário estava circunscrito às duas cidades, Praia e Mindelo. Na década de 90, a implementação do projecto PRESE, responsável pela reforma do ensino secundário, permitiu a sua reestruturação<sup>6</sup> (incluído já 12º ano). Assim, os equipamentos educativos do ensino secundário aumentaram de oito escolas, que compunham as 145 salas em 1990/91, para 33 escolas com 815 salas em 2001/02, verificando assim um acréscimo de 24% na oferta. Contudo, o aumento dos alunos no mesmo período e para o mesmo nível de ensino catapultou de 12.147 para 48.155,

---

<sup>6</sup> O ensino secundário passou a enquadrar dois ramos: ensino secundário geral destinado aos alunos que pretendem prosseguir os estudos, e ensino secundário técnico que visa a preparação para o ingresso na vida activa.

correspondendo a um acréscimo de 396%. Na ilha do Fogo, o concelho de Mosteiros não oferece o 3º ciclo do ensino secundário (11º e 12º ano), o que leva os alunos, na sua maioria, a frequentar as escolas do concelho do São Filipe, potenciando assim a desistência dos menos abastados. Este concelho representa 80% dos alunos da ilha, o que representa uma enorme pressão sobre os equipamentos aí existentes. A ilha de Boavista possui um reduzido número de habitantes, consequentemente tem uma única escola secundária (na vila de Sal-Rei) visto o número de alunos existente na ilha não justifica a construção de uma nova escola secundária. Em 2004, a ilha do Maio (sexta maior ilha, com 269 Km<sup>2</sup>), não beneficiava do 3º ciclo do ensino secundário (11º e 12º ano). Os alunos que ambicionam frequentar aquele grau de ensino são forçados a deslocar-se, habitualmente para a cidade da Praia. Na ilha de São Nicolau, parte das salas do secundário 39% das são arrendadas pelo Estado para compensar a falta de condições próprias.

O ensino médio tem natureza profissionalizante e visa a formação de quadros médios em domínios específicos. O ingresso no ensino médio tem sido feito com o 10º ano, pois acrescenta-se mais três anos de formação, sendo a fase terminal constituída obrigatoriamente por um estágio. Se os alunos ingressarem no ensino médio com 12º ano terão que cumprir apenas mais um ano, dependendo da natureza do curso. As instituições que promovem este nível de ensino devem orientar a ligação com as actividades económicas, de forma a facilitar a entrada dos alunos no mercado de trabalho. “Duas escolas de ensino médio são dignas de referências: Escola de Enfermagem da Praia e do Mindelo e o Instituto Pedagógico, se bem que a delimitação entre o ensino médio e superior seja, na prática difícil de estabelecer” (CARDOSO, 2007: 257).

#### **3.2.4. As redes de equipamentos do ensino superior**

As de infra-estruturas do ensino superior concentram-se nas cidades da Praia e do Mindelo. A partir da década de 90, o País desenvolveu esforços, para a criação de ensino superior<sup>7</sup>, recebendo vários apoios pedagógicos e científicos de outros países,

---

<sup>7</sup> A Lei de Base do Sistema Educativo define o nível de ensino Superior como “nível terminal do sistema escolar de ensino, proporcionando sólida formação científica, técnica humanística e cultural de forma a habilitar para o exercício de funções de concepção, direcção de execução de investigação” (Lei nº 102/III/90, artigo 31º). Tem acesso a este nível de ensino os alunos com

como por exemplo Portugal. Actualmente as instituições de ensino superior (públicas e privadas) existentes são:

- Instituto Superior de Educação (ISE), criado em 1995 na cidade da Praia. Na prática já existia, desde os finais da década de 80<sup>8</sup> com o nome de Escola de Formação de Professores.
- Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISEGMAR), com origem em 1983, no centro de formação náutica. Em 1996, transformou-se em Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar, diversificando a oferta dos cursos e permitindo a rentabilização das instalações e dos respectivos equipamentos.
- Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) que é uma instituição de ensino privado, criada em 1991 na cidade do Mindelo. Em 2003, foi criada um outro pólo na cidade da Praia.
- O Centro de Formação Agrária, um serviço autónomo do Instituto Nacional de Investimento e Desenvolvimento Agrário (INIDA), com o objectivo de promover a formação profissional e superior no domínio agrícola.
- Mais recentemente foram criadas outras instituições de ensino superior privadas: Universidade *Jean Piaget* na cidade da Praia (2000/2001) e o Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça nas cidades da Praia e do Mindelo (2002/2003).
- Universidade de Cabo Verde. O Decreto de Lei nº 31 de 2004, de 26 de Julho, deu forma jurídica à comissão instaladora que aproveitou as potencialidades das escolas já existentes integrando-as num núcleo de Universidade de Cabo Verde, na capital do País, as seguintes: ISEGMAR, ISE, INIDA, ISCEE e INAG.
- A última instituição de ensino superior aberta em Cabo Verde é a Universidade de Santiago sediada no concelho de Assomada, ilha de Santiago, inaugurada em 2009.

---

12º ano, admitindo ainda ingressos de maiores de 25 anos realizados através de exames “*ad hoc*”.

<sup>8</sup> A Escola de Formação de Professores inicialmente funcionava em salas cedidas no Liceu Domingos Ramos (Praia), passando para as salas no largo 5 de Julho. Posteriormente a escola grande viria a transformar-se no Instituto Superior de Educação, até à inauguração da nova escola em 2003 (Palmarejo, na cidade da Praia).

### **3.2.5. As redes de equipamentos educativos de modalidades especiais e extracurricular**

A modalidade especial enquadra a educação para as crianças deficientes, sobredotadas, o ensino à distância, incluindo a formação contínua dos professores. De referir no entanto que, nem todas as modalidades estão implementadas, apesar dos esforços para as viabilizar.

A educação extracurricular<sup>9</sup> desenvolve-se em três níveis: a educação básica dos adultos (alfabetização e pós-alfabetização); a formação profissional e o ensino recorrente. A formação profissional desenvolve-se em centros de formação específicos ligados às empresas ou ao Instituto do Emprego e Formação Profissional. Procuram criar condições para a inserção dos cidadãos no mundo laboral, capacitando-os de acordo com as necessidades do mercado.

### **3.4. As redes de equipamentos educativos da ilha de Santiago**

A ilha de Santiago, à semelhança do que acontece nas outras ilhas, possui uma população muito jovem e em crescimento, sendo provável que, partindo dos 237.000 habitantes em 2000, atinja os 379.000 habitantes em 2020 (projeções do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde).

É em Santiago, principalmente na cidade da Praia, que se localiza a maioria da população de Cabo Verde. A cidade da Praia tem uma dimensão e um papel polarizador diferenciado dos restantes aglomerados do País, com excepção do Mindelo, também com uma considerável concentração. Na ilha de Santiago, bem como as restantes do País “não existe uma continuidade na ocupação do território observando-se algumas urbanizações, legais e clandestinas, descontínuas e deslocadas do tecido urbano o que descaracteriza e é factor de desordenamento do território não contribuindo para a racionalização e rentabilização das infraestruturas” (CESE, 2008:60).

#### **3.4.1. Os equipamentos de pré-escolar**

Em 2004, estiveram inscritos 12.220 crianças nos 281 jardins-de-infância da ilha de Santiago, distribuídos em turmas de aproximadamente 30 alunos. A situação de sobreocupação dos equipamentos de ensino pré-escolar é preocupante. Contudo, sendo a

---

<sup>9</sup> A Direcção Geral da Alfabetização e Educação dos Adultos é uma das estruturas do Serviço Central do Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES) encarregue de pôr em prática a política de Educação Extra-escolar em Cabo Verde.

ilha mais populosa, não é a que tem o maior défice<sup>10</sup>, (as ilhas de Sal, São Vicente e Boavista estavam em piores situações que a capital do país). Dos equipamentos existentes na ilha de Santiago, destacam-se o concelho da Praia, apresentando uma taxa de ocupação média de 59 crianças por jardins-de-infância e de 28 crianças por sala. Santa Catarina, o segundo concelho mais importante da ilha, expõe uma média de ocupação de 35 crianças por sala, sendo que cada jardim é constituído, em média, por duas salas. Por outro lado, os concelhos de São Miguel e Tarrafal sobressaem pela menor oferta de equipamentos, com 23 e 26 jardins, respectivamente, já que apresentam o menor número de crianças em idade pré-escolar da ilha. Os outros concelhos, da ilha encontram-se numa situação intermédia.

### **3.4.2. Os equipamentos do ensino básico**

Em 2004, o ensino básico foi frequentado por 49.151 adolescentes distribuídos por 199 escolas. As salas estavam em média ocupadas por 48 alunos, o que revela uma excessiva ocupação, agravada pelo facto de 87% das turmas serem compostas. O formato misto das turmas (como acontece de forma geral no País) reflecte a incapacidade de proporcionar uma oferta quantitativa adequada, de acordo com as necessidades reais da educação.

Analizando a oferta dos equipamentos do ensino básico na ilha de Santiago, os concelhos da Praia e de Santa Catarina surgiram novamente com as maiores ofertas. Embora, possuindo o mesmo número escolas, o mesmo não acontece com o número de salas, sendo, como de esperar, muito superior ao concelho de Santa Catarina. É de salientar um excessivo número de alunos por turma, e um funcionamento em regime duplo, à semelhança do que acontece com os restantes concelhos da ilha de Santiago e do País.

### **3.4.3. Os equipamentos do ensino secundário**

A ilha de Santiago possuía, no ano lectivo de 2004, um total de 31.011 alunos do ensino secundário, com uma distribuição média de 37 alunos por turma. No entanto, o número de salas existente correspondia somente a 56% do número das turmas, o que impôs a reutilização diária de quase todas as salas.

---

<sup>10</sup> Segundo os dados de 2004 do Instituto nacional de Estatística de Cabo Verde.

O concelho da Praia apresentava, o maior número de alunos inscritos no ensino secundário, perfazendo 14.991 nos três ciclos que compõem esta fase educativa. A assistência é formada por uma média de 37 alunos por turma. No entanto, o número de turmas é praticamente o dobro da quantidade de salas, o que à semelhança do ensino primário, obriga ao funcionamento em dois turnos (da manhã e da tarde). A distribuição dos alunos por ciclo é de 46% no primeiro ciclo, seguido de 30% e 22% no segundo e terceiro ciclos, respectivamente. A diminuição do número de alunos à medida que aumenta o nível de escolaridade é acentuado, e pode ser explicado pelas dificuldades enfrentadas pelos alunos ao longo da trajetória estudantil, como a falta de recursos, típico de países pobres como Cabo Verde.

O concelho de Santa Catarina detinha o segundo maior número de alunos inscritos no ensino secundário na ilha de Santiago (42% dos alunos inscritos na Praia). Contudo, à semelhança de todos os outros da ilha, o número das turmas é muito superior ao número das salas, o que também traduz num funcionamento a dois períodos. Tal como todos os concelhos da ilha, Santa Catarina também apresenta uma maior frequência do primeiro em relação ao segundo ciclo, e este por sua vez é também superior ao terceiro ciclo, em que o 1º ciclo representa 47% dos inscritos, o 2º ciclo e o 3º ciclo 29 e 23% respectivamente.

O Concelho de São Miguel registou a menor frequência de alunos no ensino secundário, 1.683, o que representa 11% do total de alunos inscritos no concelho da Praia no mesmo nível de ensino e no mesmo ano. A taxa de ocupação média por turma de 33 alunos (cerca de menos 4 alunos por turma do que o concelho da Praia). O número das turmas é o dobro de salas (como acontece em todos os outros concelhos) daí necessidade de um funcionamento em dois períodos, para suprimir a disparidade verificada entre a procura exercida pelos alunos e a oferta tanto de equipamentos como de recursos humanos.

#### **4. O ordenamento do território em Cabo Verde**

O conceito de ordenamento de território apresentado na Carta Europeia de Ordenamento de Território (CE, 1984), no sentido lato, entende-se como “a expressão espacial da política económica, social, cultural e ecológico de toda a sociedade, que visa o desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões, a melhoria da qualidade de vida, a questão responsável dos recursos naturais, a protecção do ambiente e a utilização do território”. Em sentido restrito, o ordenamento do território é entendido como “o

processo integrado e racional de organização do espaço biofísico, de acordo com as suas vocações e capacidades, e que, com base em conhecimentos técnicos e científico, identifica as invariantes do território, com vista a demarcação de espaço físico e à fixação de classe de solo tendo em vista o uso e a transformação do território, numa perspectiva adaptativa em função das evolução das necessidades das populações e das suas necessidade (...)" (ALVES, 2007:49).

A insularidade do País, associada ao crescimento demográfico exponencial, fragilidades dos recursos naturais, inexistência de recursos minerais, acentuadas desequilíbrios populacionais entre e intra-ilhas, debilidades a nível económica, etc., impõem actuações específicas a nível do ordenamento do território, tornando-se num dos principais desafios para Cabo Verde, afim de facultar uma maior coesão territorial, social e económica. Ao ordenamento do território cabe orientar na definição dalguns objectivos estratégicos, como: definir os princípios orientadores para o modelo de ocupação (estruturas de povoamento, infra-estruturação do território) tendo em linha de conta a sua incumbência na definição dos limiares para os diferentes tipos de equipamentos e infra-estruturas; estabelecer as regras para os diferentes usos do solo (a atenção particular na actividade turística); orientar a estruturação das redes de transportes (intra-ilhas, inter-ilhas e do território insular com o exterior) e das estruturas logísticas; estabelecer os princípios da ocupação no litoral, etc. É, por isto, um instrumento de extrema valia para qualquer território, podendo ainda ser mais para os que encontram em desenvolvimento.

#### **4.1. A contextualização dos instrumentos de gestão territorial em Cabo Verde**

Os instrumentos de gestão territorial enfatizam o período pós-independência (a partir de 1975), porque até então o País estava sujeito à legislação portuguesa no respeitante ao ordenamento do território, transposta para o ultramar através de portaria própria. No período que segue à independência não surgiu nenhum instrumento orientado da transformação do uso do solo. O ordenamento do território foi relegado para segundo plano em termos de prioridades, justificado pela necessidade de resolver problemas prementes e a incapacidade das autoridades lerem os sinais de desordenamento do País recém-nascido. De salientar que “as prioridades do Ministério da Habitação e Obras Públicas (MHOP) eram a infra-estruturação do país, saneamento e abastecimento interno. Daí que, nos anos que se seguiram à independência ocorreu um vazio em termos de regulamentação sobre o ordenamento do território e urbanismo”

(TAVARES, 2006:53). As actuações territoriais casuísticas passaram a predominar, permanecendo ainda hoje muito vincadas. O crescimento nas cidades de forma desordenando tornou-se uma realidade cada vez mais presente no País. “A experiência de planeamento é muito recente e superficial no país e a cultura de planeamento está longe de fazer parte do esquema de pensamento dos decisores políticos e da população” (TAVARES, 2006: 49). O ordenamento do território só teve expressão legal e jurídica na década de 90. O DL 85/IV/93, de 16 de Julho determina a Lei de Base do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico (LBOTPU). Mais tarde, de acordo com a nova LBTPU (DL nº 1/2006 de 13 Fevereiro), o Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico determinam num sistema de gestão territorial que se concretiza pela existência de instrumentos de gestão que adoptam uma estratégia para a organização do espaço, organizam a ocupação humana e da utilização dos solos, permitem a protecção dos ecossistema e promovem o desenvolvimento, de acordo com as funções que desempenham (quadro nº 2).

**Quadro nº 2. Instrumentos de Gestão Territorial em Cabo Verde**

Função	Designação		Âmbito	Natureza
Instrumento de Desenvolvimento Territorial	Directiva Nacional de Ordenamento de Território (DNOT)		Nacional	Natureza estratégica, estabelecem directrizes de carácter genérico com relevância na organização do território
	Esquema Regional de Ordenamento de Território (EROT)		Regional	
Instrumento de Natureza Especial	Planos Especiais de Ordenamento de Território	Zona Turística Especiais de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e Zonas de Reserva e Protecção Turística (ZRPT)	Nacional	Estabelece um quadro espacial de um conjunto de actuações sectoriais com impactes na organização do território, integra orientações de estratégias de PND, PRD, ENOT
		Plano especial de Orla Costeira		
Instrumento de política Sectorial	Planos Sectoriais	Plano de Acção para Ambiente I e II (PANA I e II) Plano Intersectorial (PAIS)	Nacional	Natureza Sectorial; desenvolvem e concretizam directrizes definidas na DNOT
		Plano Municipal de Ambiente (PMA)	Municipal	
		Planos de Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas		
Instrumentos de Planeamento Territorial	Plano Director Municipal (PDM)		Municipal	Natureza regulamentar e integram directrizes definidas no instrumentos de âmbito nacional e regional
	Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU)			
	Plano Detalhado (PD)			

Fonte: LBOTPU nº 1/2006 de 13 Fevereiro

Os Instrumentos de Desenvolvimento Territorial de âmbito nacional (Directiva Nacional de Ordenamento de Território (DNOT) não existem ainda em Cabo Verde. Actualmente estão em elaboração os Esquemas Regionais de Ordenamento do Território (EREOT's), e a ilha de Santiago será uma das primeiras a beneficiar desta iniciativa. “A nível do conjunto da ilhas, prevê-se um plano para as ilhas de Sal/Boavista e outro para Fogo/Brava. As restantes ficaram a aguardar uma próxima oportunidade ainda não calendarizada” (MASCARENHA, 2007:130). Relativamente aos Instrumentos de Natureza Especial, está perspectivada a elaboração de vários Planos Especiais de Ordenamento do Território das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e Zonas de Reserva e Protecção Turística (ZRPT) e os Planos de Orla Costeira sobretudo com a vocação turística para as ilha de Sal, Boavista, Maio e Santiago. O apoio financeiro e técnico do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), apoia a elaboração de Planos Ambientais (destaca-se os Planos Intermunicipais que totalizam um conjunto de nove planos integrantes do Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) para um horizonte de 10 anos (2004-2014).

“Em relação aos Instrumentos de Gestão Territorial algumas ilhas como a São Vicente e Boavista já dispõem do PDM, PDU e PD, sendo que nesta última, estes instrumentos carecem de revisão” (MASCARENHA, 2007:132). Nos concelhos da ilha de Santiago, de acordo com o resultado do diagnóstico feito pela Associação de Municípios de Cabo Verde com apoio da cooperação Francesa, os planos urbanísticos estão em elaboração. As lacunas no ordenamento do território/urbanismo em Cabo Verde não estão propriamente associados à inexistência de regulamento, mas sim à ineficácia na implementação/execução dos instrumentos com a tradução prática no território. A própria debilidade técnica, sem profissionais com os devidos conhecimentos nas políticas do ordenamento do território, faz com que a ocupação do solo não seja feita de forma sustentável. Pode salientar-se que em ordenamento do território, não basta ter os instrumentos de gestão territorial, mas é indiscutível a necessidade de articulação entre os diversos planos e entre estes e os planos das políticas de desenvolvimento económica e social. Da mesma forma que a participação pública no processo de planeamento é imprescindível.

Num contexto de ausência de um processo de planeamento e falta de preparação das instituições, as autoridades cabo-verdianas recorrem aos consórcios estrangeiros para a elaboração dos planos, principalmente Planos de Desenvolvimento Urbano, por

exemplo (a Cooperação Austríaca), pelo que a elaboração e a execução dos planos não se articulam devido a ausências dos produtores no momento da execução de planos. Estes, mesmo estando aprovados pelos municípios, acabam por perder os efeitos, pois as realidades que foram tomadas em consideração para a elaboração já não são as que existem no momento da execução, isso porque a transferência de verbas é feita tardiamente (e às vezes nem acontece).

“Com a última remodelação governamental (Março de 2006), o sector de ordenamento do território e habitação ficou sob a responsabilidade do actual Ministério de Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território (MDHOT). Anteriormente, o MHOP (1981- 85), MALU (1986-90), detinham as principais funções no que diz respeito ao ordenamento do território, urbanismo e habitação” (TAVARES, 2006:66).

Em suma, o ordenamento do território está ainda numa fase embrionária em Cabo Verde. Mas ele próprio é uma difícil tarefa, dada a complexidade na articulação dos diferentes olhares sobre o território, traduzida num enorme “jogo de interesses”, com consequências penalizadoras para o País, quando as lógicas públicas sectoriais e as lógicas privadas se impõem ao interesse colectivo.

#### **4.2. A importância do ordenamento do território na programação de equipamentos educativos em Cabo Verde**

“A distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer é um dos objectivos do ordenamento de território e do urbanismo, na qual se enquadram a programação, criação e manutenção de infra-estruturas, de equipamentos colectivos e dos espaços verdes, tendo em conta as necessidades específicas das populações, a acessibilidades e a adequação de utilização” (DGOTDU, 2002:6)

Os instrumentos de gestão territorial são indispensáveis na programação das redes de equipamentos educativos. O ordenamento do território revela-se indubitavelmente útil na definição das redes dos equipamentos educativos, na medida em que permite determinar a melhor localização, dimensionamento e tipologia das escolas, servindo o maior número de alunos possível e da melhor forma. O que minimiza a possibilidade de os localizar em áreas vulneráveis ou de riscos (por exemplo áreas inundáveis), impedir a localização junto das proximidades de instalações perigosas como bomba de gasolinas, armazéns ou indústrias de produtos químicos, etc. Isto significa que, o ordenamento do

território permite determinar os critérios de localização, programação, dimensionamento e irradiação.

Em Cabo Verde as redes de equipamentos educativos existentes não se apoiam em orientações de ordenamento do território e as consequências são bem visíveis: há equipamentos desajustados e outros estão obsoletos. “Em momentos de incerteza, como o actual, deve guardar-se prudência e sensatez na aplicação de critérios que parecem veicular uma eficácia/eficiência imprescindível à melhoria do serviço mas que, na maioria das vezes, escondem uma racionalidade sectorial que pode não corresponder à equidade territorial desejada” (PEREIRA & PISCO, 2008: 8). Daí a urgência de Cabo Verde aplicar os instrumentos de ordenamento de território para a definição das redes dos equipamentos educativos. As várias figuras de plano têm que assumir a responsabilidade na programação das redes de equipamentos educativos, respeitando os princípios orientadores à escala nacional, regional e local.

## **5. Contributos para a definição das redes de equipamentos educativos em Cabo Verde**

A definição da rede educativa em Cabo Verde constitui um desafio para a política de educação. Daí que, “pensando nos objectivos de planeamento da rede deve partir-se de qualquer posicionamento determinista e visão centralista, que facilite a criação de um sistema operativo flexível capaz de servir e apoiar as diferentes respostas a encontrar a nível local e regional” (DGOTDU, 2002:3) de forma definir critérios de planeamento (quadro nº 3).

### Quadro nº 3. Conceitos básicos de apoio para a definição de critérios de planeamento de rede educativo

Área de Irradiação e influência	Valor máximo do tempo de percurso ou da distância percorrida pelos utilizadores entre o local de residência e a escola. Pode ser a pé ou utilizando transportes público, pois a irradiação mede-se em minutos ou em quilómetros. A área de influência de um equipamento é delimitada pelos pontos do território cujo afastamento ao equipamento corresponde ao valor de irradiação. Neste sentido, os aspectos a ter em consideração na determinação de área de irradiação são as características físicas do território (morfologia), vias de comunicação, rede de transportes, etc.
População de base e população escolar	Número de habitantes a partir do qual se justifica a criação de escolas numa determinada área. É a população que serve de suporte a uma “unidade mínima” de equipamento escolar. Entende-se por “unidade mínima”, o equipamento cujas dimensões e características representam o limiar a partir do qual se verificam condições de viabilidade económica e funcional. O cálculo de população a escolarizar deverá ser analisada factores locais susceptíveis de influenciar positivamente ou negativamente, por exemplo: local de trabalho da população adulta, o grau de atracção às escolas próximas, etc.
Os critérios de programação	Os critérios de programação de equipamentos educativos têm por base questões relativas ao funcionamento e à gestão do equipamento, visando o estabelecimento de condições adequadas para a prestação de um serviço de qualidade. Entretanto o critério de programação de cada tipo de equipamento é apresentado mediante um ou vários tipos de indicadores. Este ou estes podem reflectir valores mínimos, valores preferenciais ou máximo, consoante a especificidade do equipamento em causa.
Critério de dimensionamento	São os indicadores que permitem calcular as dimensões dos equipamentos. Com os critérios de dimensionamento pode obter-se, pelo menos, a área de terreno e a área de construção
Critério de localização	Define as condições a ter em conta na escolha da localização dos equipamentos. Essas condições referem-se sobretudo às complementaridades e incompatibilidades, bem como as características especiais a eu os locais a que os locais deverão obedecer.

Fonte: adaptado (DGOTDU: 2002)

Os conceitos atrás referidos devem ser adaptados à realidade cabo-verdiana, em particular às características do seu território - 9 ilhas com pesos populacionais muito diferenciadas, ao perfil demográfico da população (acentuada juventude) e aos objectivos da política educativa definida pelo Estado.

A reconfiguração da rede educativa deverá garantir o ensino obrigatório para toda a população em idade escolar, a utilização global dos recursos físicos, em condições de igualdade no acesso a uma educação de qualidade, combatendo o abandono precoce e esbatendo as actuais desigualdades de acesso. O Estado tem que assegurar condições de ensino satisfatórias, para as áreas de baixa densidade e mais isoladas e promover os equipamentos complementares de apoio (cantinas, salas de estudos, transportes escolar, etc.). Da mesma forma deve apoiar a realização de actividades extracurriculares as crianças que vivem em áreas muito carenciadas (bairros urbanos de génese ilegal, áreas mais isoladas) deverão merecer uma atitude pró-activas, no sentido de “reforçar” a sua inclusão. Também a tipologia das escolas deve ser avaliada e alguns princípios deverão ser respeitados, como por exemplo a educação pré-escolar pode-se realizar em unidades próprias ou incluídas em outras unidades onde também seja ministrado o ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, mormente de educação extra-escolar.

A carta educativa é uma excelente ferramenta de programação dos equipamentos educativos. É definida “como instrumento fundamental e dinâmico de intervenção de planeamento e ordenamento das redes educativas inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social” (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DE PORTUGAL, 2000: 7). Trata-se de um instrumento de planeamento e ordenamento das redes educativas, que tem como objectivos “prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento das redes educativas colocadas pela evolução da sua política educativa e pelas oscilações da procura da educação; orientar a expansão do sistema educativo, num determinado território, em função do desenvolvimento económico e sociocultural; tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão; evitar rupturas e inadequações das redes educativas à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico” (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DE PORTUGAL, 2000:7). A adopção deste instrumento de programação em Cabo Verde será uma mais-valia para a definição das redes de equipamento a partir da criação de territórios educativos. Este conceito deve ser definido como o “território físico e populacional, servido em boas condições, por um conjunto de instalações de educação pré-escolar e de ensino básico interdependentes e complementares do ponto de vista pedagógico e de utilização e gestão de recursos” (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DE PORTUGAL, 2000:20). Os objectivos do território educativo consistem em garantir que os ciclos que compõem o ensino obrigatório se processem em sequencialidade, preferencialmente num único estabelecimento. Cada território educativo é servido por uma única escola nuclear que funciona como centro de dinamização e apoio (ao nível pedagógico e de instalações) às restantes escolas que se encontram na sua área de influência. Também assegurar as funções e actividades que não são possíveis em escolas mais pequenas ou menos equipadas. No território educativo não podem existir barreiras físicas que tornem inseguras as deslocações pedonais à escola.

## 6. Considerações finais

A estrutura territorial de Cabo-verdiana apresenta inúmeras fragilidades, à partida muito diferenciadas pelo carácter do país. Estas fragilidades territoriais interferem negativamente (falta de uma rede de cidades consistentes e estruturantes do território) nas infra-estruturas básicas, nas acessibilidades entre e intra ilhas e o papel incipiente atribuído ao povoamento rural o que condiciona também fortemente a definição da rede dos equipamentos educativos. O arquipélago manifesta acentuada dinâmica demográfica fruto do aumento da esperança média de vida à nascença e de uma significativa reorganização interna da população (movimentos migratórios intensos e diversificados entre ilhas e do campo para a cidade). As dinâmicas territoriais foram igualmente acentuadas, marcadas por: alterações estruturais nos modelos de ocupação à escala nacional, com reforço da concentração da população a favor da faixa litoral e nas principais cidades; alargamento e intensificação do despovoamento do “mundo rural”. O peso dos centros urbanos é visível na concentração dos equipamentos colectivos, explicado de certa forma pela escassez dos recursos, o que implica uma distribuição mais estratégica no espaço (posicionando-os nas áreas onde possam beneficiar o maior número possível de utentes – centros urbanos), reduzindo assim o número dos que necessitam fazer deslocações para assistir às aulas, bem como a duração das viagens às quais estão sujeitas. Os reflexos conjugados destas dinâmicas são inevitáveis sobre a (des) estruturação das redes de equipamentos instalados.

O sector da educação teve um grande incremento na última década, fruto da aposta do País na preparação das bases para o desenvolvimento. A década de 90 foi marcada pela reforma do sistema educativo de Cabo Verde, com o alargamento do ensino obrigatória para seis anos, o que teve/exige novos equipamentos para satisfazer a procura. Os equipamentos construídos poucas vezes se apoiaram nas orientações dos instrumentos de planeamento territorial para a definição das redes tendo em consideração os aspectos de programação, dimensionamento e localização, mas de decisões avulsas e casuísticas, respondendo às grandes pressões da procura no momento. Esta realidade é confirmada por situações de inadequação das infra-estruturas face às necessidades, ou seja, existem áreas com excesso de oferta e outras com défice. As disparidades espaciais que persistem a nível dos equipamentos educativos entre as ilhas e entre áreas urbanas e rurais são explícitos, apesar dos esforços feitos ao longo do tempo. A cobertura da rede de equipamento educativo traduz-se na sobreposição das salas, que nem sempre têm as melhores condições, e na redução das cargas lectivas. Tal

como noutros pequenos estados insulares, o custo acrescido das redes por força de fragmentação territorial, agrava as dificuldades do Estado para suportar o ensino secundário para todos. Daí a entrada dos privados para dar resposta à forte pressão social pela educação.

A escassez de recursos financeiros para ampliar a rede pode em parte ser minimizadas pela criação de rede de transportes escolares, de cantinas que proporcionem refeições quentes aos alunos, a melhoria da rede viária, etc. Estas medidas para melhorar os edifícios das redes acarretam investimento custos, mas os desajustamento entre a oferta e procura repercute-se também socialmente, visto haver uma maior tendência para o aumento dos índices de desistências, bem como uma redução do aproveitamento devido às pressões pelas quais essas mesmas crianças são expostas, como o cansaço.

Sendo a educação/conhecimento essencial para qualquer sociedade, defende-se uma política na programação de equipamentos educativos apoiada na elaboração/implementação da carta educativa a nível municipal, documento crucial dado o seu peso na optimização das redes adaptadas ao contexto local.

Cabo Verde é muito dependente dos apoios externos, o que torna uma condicionante de forma alguma desprezível no tocante ao ordenamento do território (entre várias outras áreas, se não todas), dado a maioria ou a quase totalidade dos equipamentos colectivos de peso (de educação, infra-estruturas viárias, marítimas e aeroportuárias, de saúde e de saneamento) estão fortemente (se não totalmente) dependentes do financiamento de doadores externos, o que por si só torna muito difícil a programação. Esta situação permite constatar que, mesmo com planos bem elaboradas, o planeamento pode fracassar devido à dificuldade (quase impossibilidade) no controlo da recepção das ajudas de acordo com as orientações de planeamento.

## **7. Referências bibliográficas**

AMARAL, Ilídio (1964), *Santiago de Cabo Verde - a Terra e os Homens*, Memórias de Junta de Investigações Ultramarina, nº 48 segunda série, Lisboa.

AFONSO, Maria (2002), *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*, Edição Spleen, Direcção Geral da Comunicação Social, co-edição Associação Académica África Debate, Praia, Cabo Verde.

ALVES, Rui (2007), *Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território do Estado Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CARNEIRO, Luís, (1996), *“Acerca do Crescimento Urbano no Terceiro Mundo: o Caso de Estudo de Cabo Verde através da Praia”*, Garcia de Orta Série 15 (1), Lisboa, pp. 35 - 63.

CARDOSO, Maria (2005), *A Importância da Criação de Infra-estruturas e de Formação de Recursos Humanos no Desenvolvimento: os Casos de estudo Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, dissertação de Doutoramento, ISCTE, Lisboa.

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRA (2006), *Carta Educativa do Concelho de Torres Vedra - Relatório Final*, Lisboa, Portugal.

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE (2006), *Carta Educativa do Concelho Coruche - Relatório Final*, Lisboa, Portugal.

CARDOSO, Manuela (2007), *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - Educação e Infra-estrutura como Factores de Desenvolvimento*, Edições Afrontamento, Porto.

COSTA, Mateus (2008), *O Ordenamento do Território e o Desenvolvimento do Turismo: o caso da ilha de Santiago (Cabo Verde)*, Dissertação para a Obtenção de grau de Mestre em Gestão de Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humana, Universidade Nova de Lisboa.

CESE (2008), *Esquema Regional de Ordenamento do Território da Ilha de Santiago*, Praia, Cabo Verde.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2008), *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: Tirar Partido da Diversidade Territorial*, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu, Bruxelas, (6.10.).

DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2000), *Normas Para a Programação de Equipamentos Colectivos*, Lisboa.

FERREIRA, Ondina, LIVRAMENTO, José et al (2007), *Cabo Verde Três Décadas Depois da Independência*, Ano VIII, Praia, Cabo Verde.

FERNANDES, Francisco (2008), *Os efeitos das Infra-estruturas Rodoviárias no Ordenamento de Território: o Caso da ilha de Santiago (Cabo Verde)*, Dissertação para a Obtenção de grau de Mestre em Gestão de Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humana, Universidade Nova de Lisboa.

GOVERNO DE CABO VERDE (2001), *Programa do Governo 2001-2005*, Praia, Cabo Verde.

MORAIS, Manuela (2003), “*Subsídios para o Planeamento da Cidade de Mindelo – São Vicente Cabo Verde*”, Revista da Faculdade de Letra, Geografia I Série Vol. XIX Porto, pp. 319 -329.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DE PORTUGAL (2000), *Manual para a elaboração da Carta Educativa*, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DE PORTUGAL (2006), *Planeamento da Rede Educativa Princípios Orientadores*, Gabinete Informação e Avaliação do Sistema de Educativo, Lisboa.

MASCARENHA, João (2007), *A Problemática do Solo e da Água e o Ordenamento de Território em Santiago (Cabo Verde)*, Dissertação para a Obtenção de grau de Mestre em Gestão de Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humana, Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Margarida, PISCO, Paulo (2008), “*Coesão e Equidade Social e Territorial: Importância Estratégica dos Equipamentos Colectivos*”, Seminário dos Dez anos da Lei de Base da Política de Ordenamento de Território e de Urbanismo, Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção (Ad Urbem), Lisboa, pp. 1-18, disponível in <http://www.adurbem.pt/> 2009.

PALLA, Maria (Coord.) (1998), *Equipamentos Colectivos: Normas para a Programação e Caracterização de Redes*, DGOTDU, Lisboa.

TAVARES, Carlos (2006), *A política de Solos na Política Urbana, A sua relevância na Cidade da Praia – Cabo Verde*, Dissertação para a obtenção de Mestrado em Gestão de Território pela Faculdade de Ciências Sociais e Humana, da Universidade Nova de Lisboa.

TAVARES, Carlos (2007), “*O Ordenamento do Território em Cabo Verde: Constrangimentos e Desafios*”, Revista de Estudos Cabo-verdiano nº 1, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde, pp. 151-175.

TOLENTINO, André (2007), *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento – o Caso Cabo Verde*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

### **Outras fontes**

Decreto-Lei nº 1/2006, de 13 de Fevereiro - aprova as Bases do Ordenamento de Território e Planeamento Urbanístico.

Decreto – Lei nº 20/2002, de 19 de Agosto - define Regime de Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Secundário.

Decreto-Lei nº 19/2002, de 19 de Agosto - define a utilização e prestação de contas das receitas próprias arrecadadas pelos Estabelecimentos de Ensino Secundários Públicos.

Lei n.º 85/IV/93, de 16 de Junho - define as Bases do Ordenamento do Território nacional e o Planeamento Urbanístico.

Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro - define as Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde.

## Sites

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, [www.ine.cv](http://www.ine.cv), consultado em 9-02-09

Governo de Cabo Verde, [www.governo.cv](http://www.governo.cv), consultado em 9-02-09

Associação de Municípios de Cabo Verde, [www.anm/arg.cv](http://www.anm/arg.cv), consultado em 9-02-09

Ministério da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde, <http://www.minedu.gov.cv/> consultado em 12-02-09

Ministério de Educação de Portugal, <http://www.min-edu.pt/>, consultado em 12-02-09

Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar, [www.icaso.cv/](http://www.icaso.cv/), consultado 12-02-09

## Anexo

### Quadro nº 4. Total de população nos concelhos de Cabo Verde

Concelhos	2001	2002	2003	2004	2005	2005	2007
Ribeira Grande	21740	21779	21837	21731	21712	21744	21738
Paul	8423	8468	8488	8519	8553	8604	8659
Porto Novo	17432	17577	17716	17840	17960	18013	18214
São Vicente	68857	70191	71499	72782	74031	75145	76736
São Nicolau	8490	8442	8390	8328	8252	8180	8102
Tarrafal de São Nicolau	5186	5158	5128	5091	5039	5002	4953
Sal	15474	16013	16547	17096	17631	18214	18785
Boa Vista	4430	4610	4799	5048	5219	5431	5627
Maio	6934	7083	7229	7370	7507	7594	7807
Tarrafal	18433	18989	19541	20101	20647	21229	21826
Santa Catarina	41810	42536	43250	43949	44622	45333	46081
Santa Cruz	25803	26260	26715	27152	27579	28022	28500
Praia	100415	103615	106829	110052	113259	116683	120102
São Domingos	13517	13646	13763	13870	13954	14102	14138
São Miguel	16359	16511	16650	16779	16890	17013	17147
São Salvador do Mundo	9389	9560	9727	9888	10044	10203	10381
São Lourenço dos Órgãos	7991	8133	8272	8401	8533	8664	8812
Ribeira Grande de Santiago	9684	9697	9698	9690	9679	9652	9648
Mosteiros	9572	9617	9651	9682	9700	9726	9756
São Filipe	23317	23348	23354	23333	23294	23257	23229
Santa Catarina do Fogo	4835	4842	4841	4840	4829	4823	4819
Brava	6830	6760	6677	6622	6531	6456	6359
<b>Cabo Verde</b>	<b>446922</b>	<b>454837</b>	<b>462604</b>	<b>470168</b>	<b>477470</b>	<b>485095</b>	<b>493426</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde